



- MÃE!?! O MUNDO VAI ACABAR? REFLEXÕES SOBRE DESDOBRAMENTOS E IMPLICAÇÕES DOS PARADIGMAS SOCIOLÓGICOS DE BURREL E MORGAN (1979) NAS PESQUISAS ORGANIZACIONAIS

Rogério Zanon da Silveira¹

Resumo

Este ensaio se orienta pela seguinte pergunta: que desdobramentos e implicações importantes ocorreram e ocorrem no campo dos estudos organizacionais associados aos estudos de Burrel e Morgan (1979) sobre os paradigmas sociológicos? O objetivo é apresentar um entendimento sobre em que consistem os estudos desses dois professores, mostrar um panorama do estágio atual de discussões em torno sobre o assunto e discutir novas perspectivas de debates que se vislumbram para os estudos organizacionais. O ensaio se inspira em indagações lúdicas de uma criança a sua mãe numa tentativa de interpretação da realidade social que a envolve. A partir daí, são desenvolvidas reflexões no campo da objetividade e da subjetividade, integradas com assuntos epistemológicos e sociológicos no campo da ciência da administração. O trabalho é desenvolvido na forma de ensaio teórico e aborda a intensidade das agitações por que passaram e ainda passam os estudos organizacionais a partir da publicação da obra de Burrel e Morgan (1979), enfocando sua contribuição para o enfrentamento à hegemonia do funcionalismo nas pesquisas sobre organizações no Brasil. São discutidos aspectos dicotômicos relativos à pesquisa qualitativa e quantitativa e suas relações com pontos de vista epistemológicos e metodológicos correspondentes. Discute-se a possibilidade de utilização de perspectivas teóricas diferentes para um mesmo objeto de estudo, ou seja, o que vem sendo chamado de multiparadigmatismo e o interparadigmatismo nos estudos organizacionais. O ensaio entremostra que as discussões em torno das ideias desses dois professores continuam intensas, gerando um campo de debate amplo e rico aos pesquisadores no campo dos estudos organizacionais, notadamente àqueles interessados no desenvolvimento de pesquisas críticas e interpretativas sobre temas organizacionais.

- Mãe!?! O mundo vai acabar?

Naquela manhã em que o menino jogava “boleba”, não sabia se ele se divertia mais com elas, do que elas com ele, até quando as juntou às pressas na lata de leite para um galope da rua à cozinha nos fundos da casa. Petrificado, lata apertada ao peito, esperava sem respirar pela resposta da mãe, naqueles eternizados instantes em que ela pensava. Momentos antes, o amigo mais velho o alertara seriamente sobre a tragédia do fim do mundo, anunciada pelo pastor Josias, da qual ninguém escaparia. Os olhos da mãe, presos no fogo e na fumaça do fogão, não podiam fitá-lo, o mesmo fogo que...

- Ué!?! Todo dia o mundo acaba!

O mundo do menino era tudo o que ele tinha, mas era muito. Era o que a ele fora dado, assim como aos seus amigos, irmãos, pais, todos, indistintamente. O mesmo mundo era o

¹rsilveira@sefaz.es.gov.br



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

mesmo para todos! O mundo dera a todos um Deus e um destino dado por Deus, e no catecismo era Deus quem dera a todos um mundo. Não importava muito a ordem, pois de uma forma ou de outra o mundo era único. A escola, as árvores, as pessoas, o nome dos ministros, a tabuada e o hino nacional a serem decorados na sala de aula, a chuva, a realidade, os talentos, a riqueza, a pobreza, ...: tudo já estava dado. Óbvio que não havia sentido algum nas palavras da mãe, pois algo que acaba, acaba apenas uma vez, pois não sendo assim não é possível dizer que acabou. A realidade é uma só e existe da mesma forma para todos. O mundo e a realidade são únicos para todos, pois todos veem o mundo e a realidade da mesma forma. A árvore é vista por todos como uma árvore. Não pode acabar todos os dias o mundo que é único aos olhos de todos ...

- É que toda vez que alguém morre o mundo acaba!

... mas... não ... aos... olhos... da... mãe! Que não quisesse ou não pudesse esticar a conversa, ocupada que estava com a esquentação das panelas. Tal qual os carneiros que contava depois da Ave-Maria antes de dormir, rolavam agora na cabeça do menino milhares de mundos, redondinhos, como “bolebas”, ... que agora “morriam” no “buca” um após outro, assim como acontece com cada mundo da mãe. Tudo ficara muito claro: o mundo não é um!!! Mas tantos quantos forem as pessoas que ainda estivessem vivas ou que estivessem nascendo e por nascer, pensava enquanto afrouxava aliviado a lata do peito, seguindo com a poeira companheira do dia a dia para a cama. Deitado, olhando a lata ao lado, imaginava as pessoas “indo” uma após uma, e o mundo se acabando, um a um. Mas se o mundo existisse aos milhares, mas cada um para cada pessoa, já não poderia ser o mundo igual ao olhar de todos, como o era minutos antes. Ainda que existissem incontáveis mundos, haveriam de ser cada um diferente do outro, pois o mundo ou a realidade única não existia, o que existia era o mundo que estava dentro da cabeça de cada um! Na cabeça de cada pessoa caberiam todos os planetas, todas as estrelas, todos os sóis, todo o universo, o espaço, os bichos, as pipas, os medos, as alegrias, as tristezas e tudo o mais que ela pudesse ver, e conhecer, sentir... Caberia “o inimaginável e o impensável”. Bacana!

A professora Lurdinha tinha um mundo próprio, e o mais legal é que podia vê-lo dentro de seu carro: era um mundo mais bonito. O Breno tinha outro, que magicamente podia falar sobre ele com seu pai pelo telefone quase único na cidade. O mundo do Padre Roberto era outro, vigiado que estava por Deus o tempo todo. O do pai, que trabalhava na fábrica de leite que apitava alto, era outro, assim como o da mãe que costurava pano e comprava coca-cola e frango pro domingo. Assim como o mundo de cada um dos dez ou quinze irmãos do amigo Culim, abrigados na velha casa de tábuas ao lado, protegida pela natureza e pelo pé de manga espada. Os mundos já não pareciam apenas diferentes, mas muito diferentes um dos outros, em dimensões subjetivas e objetivas. O menino e suas ideias não são propriamente o objeto deste estudo, mas apresentam aspectos didáticos em dimensões ontológicas e epistemológicas que auxiliam no desenvolvimento da pergunta que orienta este ensaio: que desdobramentos e implicações importantes ocorreram e ocorrem no campo dos estudos organizacionais associados aos estudos de Burrell e Morgan (1979) sobre os paradigmas sociológicos?

O objetivo deste ensaio é apresentar um entendimento sobre em que consistem os estudos desses dois professores, mostrar um panorama do estágio atual de discussões



em torno sobre o assunto e discutir novas perspectivas de debates que se vislumbram para os estudos organizacionais.

É abordada a discussão sobre a “inconfundibilidade” dos paradigmas sociológicos elaborados por Burrell e Morgan (1979). O termo inconfundibilidade foi um dos escolhidos neste texto na tentativa de significar o termo inglês *inconmensurability*. São comentadas discussões sobre aplicação multiparadigmática e interparadigmática em pesquisas sobre organizações, abrindo em seguida indagações e especulações sobre o futuro dos estudos organizacionais.

Alguns exemplos lúdicos ou práticos recheiam o texto com o objetivo de dar mais leveza e didatismo a um assunto considerado complexo. O pequeno enredo do menino com suas “bolebas” tem esse propósito, aproveitando também a coincidência de que naquela mesma época em que meninos jogavam “boleba” numa rua qualquer do Brasil, do outro lado do mundo os dois professores lançavam-se no movimento campo da subjetividade e da objetividade e no campo das ideias sobre mudança da realidade social e sobre manutenção da ordem estabelecida, para escreverem um livro que exerceria forte influência sobre estudiosos do mundo inteiro no campo dos estudos organizacionais. Lembrando uma “conversa” recente, Meneghetti (2011, p. 321) comentava que o espírito de um ensaio era como uma relação entre sujeito e objeto, “constituído pela interação da subjetividade com a objetividade dos envolvidos”, para o que se inspirou em Montaigne (2002, p. 3):

“Quando brinco com minha gata, quem sabe se ela não está se divertindo mais comigo do que eu com ela?”.

Em lugar do felino, o menino tinha as inanimadas e animadas “bolebas”, amedrontadas e grudadas dentro da lata, ainda mais apertada ao peito. Imerso no apavorante alerta feito pelo Dejour, com quem jogava “baiana” na rua minutos antes, de que o mundo acabaria uma vez e de uma vez por todas, o menino se vê agora afogado na simplicidade complexa e espantosa de que o mundo de fato acabaria, porém muitas vezes, e todos os dias, simplicidade vinda da mãe num breve e desconfiado soslaio. Era prudente esperar, petrificado e bestializado, inclusive pelo fim de tudo e naquele momento: toda vez que alguém morre o mundo acaba?

Mudaria tudo e o menino não seria mais o mesmo. Agora precisava ser mais forte, pois de pequenino que era diante do mundo, havia de ter um mundo inteiro para ele e não havia mais motivos para temer um mundo que cabia dentro dele. Cabendo dentro dele, era o menino, por que não, maior que o mundo? Mas como fazia com as “bolebas”, era preciso agora cuidar desse novo mundo. “Mas cuidado! Você vai precisar agora de muita reflexão, de ação, de autonomia, de participação, de criação, ...; poderá querer mudar esse mundo, ou mantê-lo apenas, quem sabe”, inspiraria sua mãe. Já um pouco assonorentado, pensava que conseguindo edificar um bom mundo, haveria uma realidade, ainda que singular, que poderia ajudar na construção de outros mundos singulares. Com mais mundos bons, mais mundos bons, já sonhava o menino. Porém não podia descartar a realidade única, igual e dada a todos com a qual lidava, já que ela ainda existia, por exemplo, no pensamento do Dejour, pensava enquanto bocejava acordando. Haveria então uma realidade determinada e comum a todos, mas haveria também uma realidade que era peculiar e construída por cada um, e uma realidade aos olhos de cada um. Mais do que isso, haveriam de existir



infinidades de outras realidades, situadas entre os dois extremos que vão, numa linguagem de professor, da realidade social objetivada à realidade social subjetivada.

Do outro lado do mundo, instigados por pensamentos “tipo assim”, os dois professores ingleses, Burrell e Morgan (1979) buscavam tipificar visões de mundo ou de realidade dentro das quais poderiam ser compreendidas teorias oriundas das mais diversas áreas e utilizadas nos estudos organizacionais. Essas visões de realidade tinham como ponto de partida as extremidades da objetividade e da subjetividade, que deram origem aos quatro paradigmas sociológicos. As ideias desses dois professores correram mundo e os transformaram em celebridades acadêmicas, ainda que eles que tenham tomado rumos diferentes posteriormente. Os impactos de suas ideias nos estudos organizacionais foram significativos, desenvolvendo também debates calorosos em torno da ideia de que os quatro paradigmas não se confundem, ou não se misturam, até se chegar ao florescimento de propostas que pregam e aplicam acepções multi ou interparadigmáticas, abrindo campo para novas e interessantes discussões.

Mas no consistem os paradigmas sociológicos Burrell e Morgan (1979)?

É que os estudos organizacionais são caracterizados pela utilização de perspectivas teóricas e metodológicas variadas, ainda que prevaleça a dominância positivista e funcionalista, e foi numa tentativa de trazer esclarecimento a essa diversidade que Burrell e Morgan (1979) trabalharam o mapeamento dessas teorias. Suas ideias partem do princípio de que os cientistas sociais estudam seus temas por meio de pressupostos que dizem respeito à natureza do mundo social e à forma pelo qual esses pressupostos podem ser investigados.

O primeiro desses pressupostos está relacionado à ontologia, que coloca aos cientistas sociais a questão de observarem se em suas visões a realidade a ser estudada é uma realidade externa ao indivíduo ou se é um produto da consciência do ser humano. Nesse ponto, o menino pode ajudar. Até o momento em que teve o diálogo com a mãe sobre o fim do mundo, para ele não existia outro mundo que não fosse o que ele via de dentro para fora e, para ele, todos ao seu redor viam um mesmo mundo; viam um mundo de uma mesma forma. Se for acrescentado a esse fato o determinismo, como o dogmatismo de que a realidade é previamente traçada por Deus ou pela matemática, por exemplo, haveria de existir de fato um único mundo, ou uma única realidade social, pronta, dada. Realidade que não era passível de ser modificada pelos seres humanos, acreditavam alguns. Esse poderia ser assim, muito resumidamente entendido, um extremo do ponto de vista ontológico objetivista.

A subjetividade, em seu extremo, poderia ser representada pela transformação do menino que absorve o “pensável e o impensável”; o que existiu, o que existe e o que existirá; o concreto e o abstrato, enfim, tudo, na construção de sua própria subjetividade. A realidade é aquilo que ele constrói. “A subjetividade do menino será o resultado dessa tensão constante entre seu mundo interior e o mundo exterior”. O exemplo do menino pode não ser bem o que pensaram Burrell e Morgan (1979), mas ajuda a entender ou a imaginar o abismo que separa esses dois extremos ontológicos, que conduz à questão sobre a qual se debruçam muitos estudiosos, qual seja: a partir de qual dessas perspectivas ontológicas, ou a partir de que ponto entre elas, poderia ser compreendida a natureza humana?



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

O segundo conjunto de pressupostos está associado a esse dualismo ontológico que compõe o primeiro pressuposto. Diz respeito às bases do conhecimento, ou de como alguém poderia entender o mundo e transmitir esse conhecimento por meio da comunicação. Trata-se de um conjunto de pressupostos situados em dimensões epistemológicas opostas, representadas de um lado pela visão de que o conhecimento é algo concreto, objetivo, real e capaz de ser transmitido objetivamente; e de outro, por uma visão mais palatável, digamos, de que o conhecimento é algo subjetivo, espiritual ou até mesmo transcendental, que se baseia na experiência e no sentido pessoal.

Mas o que move mesmo a humanidade e a faz avançar é o progresso, e nada o deterá. A ciência então precisa se tornar autônoma, para o próprio bem da humanidade, mas para isso é preciso que delimite seu objeto próprio. Assim pode ser entendida resumidamente a dimensão objetiva. O “fato social” concebido por Durkheim (1972), haveria de ser esse objeto próprio da ciência, a ser “extraído” ou “construído” da vida social para ser estudado, objetivamente, matematicamente, tal qual se estudam elementos e questões da natureza, como o movimento de astros e planetas. Fatos sociais podem ser entendidos como fenômenos que se passam na sociedade com certa generalidade e que despertam certo interesse, mas esse conceito deixaria muito em aberto a noção de fato social, por isso é prudente delimitá-lo:

É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independentemente das manifestações individuais que possa ter,

como explicam Rodrigues e Fernandes (2010). Identificando um fato social que se enquadre nesse conceito, é possível, com a utilização das “Regras do Método Sociológico” (DURKHEIM, 1972), por exemplo, estudar determinado fenômeno social.

“O suicídio” (DURKHEIM, 2002) pode ser identificado como um fato social, caso não seja estudado simplesmente como um fato individual isolado. Ou seja, se estudado um conjunto de suicídios num determinado período e em determinada sociedade, será possível constatar que o total não será o mesmo que a soma das unidades, mas haverão de constituir fato que possui natureza própria e social. A partir de sua compreensão de fato social, e das regras que elaborou para o método sociológico de pesquisa que desenvolveu, Durkheim (1972) estudou o suicídio nos anos de 1841 a 1872 em países europeus. O que fez foi tentar provar que determinado fenômeno social pode ser estudado a partir de métodos ou recursos matemáticos ou quantitativos que estão fundados em visões ontológicas e epistemológicas associadas à objetividade. A partir dessas ideias, viabilizasse o estudo de fatos sociais diversos, como o criminalidade, acidentes de trânsito, pobreza, riqueza, epidemias, eleições, comportamento do consumidor, casamentos, nascimentos, etc.

Durkheim (2002) abriria assim caminho para interpretações que transformariam e transformam cada vez mais os graves problemas sociais em meros fatos sociais. Nos primeiros dias do Feliz Ano Novo! de 2013, como tantos jornais o fizeram no Brasil, o jornal do Espírito Santo, A Gazeta, tratou assim o problema da violência no estado no ano de 2011: “Homicídios no Estado: 1.660 casos em um ano. Número de assassinatos caiu 2,8% em relação a 2011” (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 3). Difícil entender se é mais grave socialmente o número de assassinatos ou a frieza numérica com que é tratado o



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

assunto. A comemoração ficaria por conta das 48 pessoas que escaparam de serem assassinadas naquele ano. Quem seriam? Uma autoridade pública estadual assim comentaria os novos dados sobre o fato social:

Nossa meta para 2013 é manter e consolidar essa tendência de redução. A longo prazo, é chegar à média nacional de 27 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes”. [...] No início de 2012, houve um crescimento grande da violência. Considerando esse cenário, não esperávamos nada muito acima de 3%. Mesmo assim, a política não vai mudar só porque a redução de homicídios não ocorreu dentro do esperado (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 3).

Passadas poucos dias depois, no dia 9 de janeiro o mesmo jornal traria estatísticas estarrecedoras dando conta de 42 mortes apenas nos primeiros sete dias no ano de 2013. A partir de sua perspectiva objetivada e exteriorizada, as autoridades se limitariam a dizer “que os números ainda não são alarmantes” (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 11), talvez sem saber que superam “fatos sociais” análogos de regiões em situação de guerra civil. As impressões do menino a respeito desses fatos, antes do susto recebido da mãe, também seriam provavelmente de otimismo. Ou seja, a partir de um olhar positivista e funcionalista, essa realidade é dada e não pode ser modificada, precisa apenas ser administrada. Na visão de Durkheim (2002), trata de um fato social normal, não no normal no sentido de que pessoas estejam sendo assassinadas, mas normal no sentido de que a quantidade de assassinatos tem se dado dentro de parâmetros estatísticos aceitáveis para a região, normalidade receptiva por parte da autoridade estadual, que analisa a situação a partir de uma visão funcionalista, expressão da subjetividade social (González Rey, 2005) hegemônica em nossa sociedade. Essa matéria jornalística, como tantas outras, estampa o dogma da objetividade em cada parágrafo, tanto em relação à ausência de conhecimentos científicos acerca das causas dessa violência desenvolvidos a partir de outros primas ontológicos e epistemológicos que não somente o da objetividade; quanto em relação à iniciativa de busca de compreensão do problema em dimensões mais amplas. O resultado são propostas fincadas no pensamento quase único do combate da violência pela via da violência, como a do aumento do efetivo policial.

Foge do escopo deste ensaio críticas particulares ao jornal, aos seus jornalistas ou mesmo às autoridades locais, já que trata-se de uma visão social hegemônica que atravessa a mídia local, estadual e nacional e que conforma matérias desse tipo em todo o país, alterando-se apenas números matemáticos e regiões onde aconteceram os assassinatos. Mas é um exemplo da realidade social que ajuda na compreensão das discussões sobre os paradigmas sociais. Assim como o conjunto de casos de assassinatos (fato social) que parecem ter “vida própria”, já que se repetem diariamente, o conjunto desse tipo de matéria jornalística também parece ter essa vida própria, já que se repetem ou se reproduzem pelo país afora. A esse respeito, Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009) ajudam a explicar que o fato social, segundo Durkheim (1972), possui vida própria e é externo aos indivíduos, por isso o mundo social está subordinado a leis próprias, o que leva à necessidade de possuir um método próprio para ser estudado.

Mas lançando mão ainda desses casos de violência, é razoável dizer que a respeito deles Husserl (2001) pensaria de forma muito diferente, posto que está no lado extremo da perspectiva subjetivista. Para ele, determinado fato social talvez não passasse de fenômeno, que não é o mesmo fenômeno social objeto de estudo da sociologia. Fenômeno, para Husserl (2001), é o objeto científico da fenomenologia. A fenomenologia é uma



doutrina que defende que o intelecto intui uma certeza sobre a essência das coisas, de forma imediata e absoluta, como explica Moreira (2002). “O que aparece na consciência é o fenômeno”, diz Moustakas (1994, p. 26). O fato social de Durkheim seria, assim, um fenômeno. A “boleba” do menino que rola lentamente em direção ao “buca” é um fenômeno também. Os incontáveis encontros de meninos numa mesma época do ano em diferentes ruas em diferentes cidades teriam em conjunto a característica de fato social para (Durkheim, 1972), que por sua vez seria um fenômeno para Husserl (2001). Fenomenologicamente, sobre um fenômeno o cérebro intui de imediato uma certeza a seu respeito, e assim vai. Um homicídio é um fenômeno e o conjunto de homicídios é um fenômeno. Para entender esse fenômeno a partir de uma perspectiva fenomenológica, por exemplo, seria preciso expressar o que o cérebro intui de imediato quando alguém é vitimado ou quando são divulgados dados sobre um conjunto de homicídios. O que o cérebro humano intui de imediato nesse caso? Trata-se de uma realidade dada a ser administrada? Ou trata-se de uma realidade dura a ser combatida a partir do conhecimento de suas causas mais profundas? Que causas são essas? Que aspectos econômicos, históricos, culturais ou sociais podem estar associados a essas causas? E como identifica esses essas expressões culturais e históricas determinantes para a ocorrência desses fatos sociais? Como combatê-los? O Poder Público, por si só, é responsável por eles? Pode sozinho enfrentá-los? Fato é que esse tipo de reflexão possibilita entrever quão longe os estudos organizacionais estão da busca pela compreensão interiorizada ou subjetiva acerca da realidade social, face ao seu aprisionamento à hegemônias heteronômicas e objetivistas.

Mas voltando aos paradigmas sociológicos, contando agora com elementos para se situar acerca da realidade sobre a qual ele está pesquisando, externa como a da autoridade estadual mencionada, ou interiorizada tal qual a do menino, e contando ainda com uma compreensão a respeito de como o conhecimento é construído, se de forma concreta ou subjetiva, fato social ou fenômeno, por exemplo, resta ainda ao pesquisador a opção de pensar o ser humano sob duas abordagens diferentes. A primeira é pensar os seres humanos como meros produtos do meio social em que vivem, ou seja, acomodados e submetidos às determinações da realidade e condicionados a circunstâncias externas que lhe são dadas, desde que nasceram. Outra é pensá-lo a partir da ideia de livre arbítrio, em que o ser humano é um ser construtor de seu ambiente social (Berger e Luchman, 2010), controlador e senhor desse ambiente e da vida social, em vez de exercer o papel de controlado ou de “marionete”, na opinião de filósofos mais radicais, como na de Cornelius Castoriadis, por exemplo.

O ser humano é produto da realidade social, ou a realidade social é construída pelo ser humano? Recorrendo à lógica de Durkheim (1972), se “o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; existindo antes dele, é porque existem fora dele”. Sendo externo aos indivíduos e dotado de vida própria, o fato social “exerce sobre seus corações e mentes uma autoridade que os leva a agir, a pensar e a sentir de determinadas maneiras”, explicam Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009, p. 70). Ou não? Ou seria o fato social uma construção social, como na acepção de Berger e Luckman (2010)?

... Bem, entendidas as dualidades existentes nas dimensões do ontológico, do epistemológico e da forma de compreensão a natureza humana, é possível visualizar implicações desses conjuntos de pressupostos sobre método de estudo nas ciências sociais.



Ou seja, é possível entrar, finalmente, na questão sobre o método de pesquisa nos estudos organizacionais. É que cada um dos três conjuntos de pressupostos acarreta consequências importantes na forma de investigação e obtenção de conhecimento no mundo social. Diferentes metodologias de pesquisa têm origem em diferentes ontologias, epistemologias e modos de compreensão da natureza humana, e é fácil perceber que a complexidade dessas ideias parece aumentar.

Metodologias empregadas nas ciências sociais podem ser identificadas, por exemplo, às que tratam o estudo da vida em sociedade da mesma forma como tratam o estudo do mundo natural, como sugerido por Durkheim (1972). A sociedade humana e o mundo natural são tratados da mesma maneira, como algo concreto, real e externo ao indivíduo. Dentro dessa visão, entende-se que fatos sociais podem ser estudados com o emprego de métodos de pesquisa quantitativos utilizados, por exemplo, para se investigar a preocupação de Cássia Eller sobre o que acontecerá “quando o segundo sol chegar para realinhar as órbitas dos planetas”. Outros cientistas sociais, no entanto, podem perceber a vida ou o mundo social como algo subjetivo. Algo ligado à personalidade, ao sujeito, à subjetividade. Nessa perspectiva, então, seria razoável estudar um fenômeno ou um fato social, escutando o que o sujeito envolvido em determinado fato tem a dizer. Escutar e buscar compreender as pessoas, suas expressões. Nessa dimensão situa-se, por exemplo, a ideia de “legitimação do singular como instância de produção de conhecimento” e “o ato de compreender a pesquisa, nas ciências antropológicas, como um processo de comunicação (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 10 e 13), em contraponto à ideia de que dados obtidos pelo pesquisador “falam” por si. Esse breve contexto ajuda a compreender porque estão situadas em polos diferentes a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa.

Mais do que isso, essas reflexões ajudam a entender porque o debate ontológico coloca em lados opostos a visão nominalista e a visão realista. Berger e Luchmann (2010) explicam, em síntese, que o realista entende o mundo social existente independentemente de uma percepção desse mundo por parte do indivíduo e, de forma simplificada; já o nominalista entenderia o oposto: tudo o que existe em termos de, por exemplo, nomes, conceitos ou títulos são meras criações artificiais com o objetivo de descrever, prover sentido ou interagir com o mundo externo. Metaforicamente, o que existe são máscaras. O realismo postula que o mundo social externo é um mundo real, formado por estruturas tangíveis e relativamente imutáveis. Já o debate epistemológico coloca frente à frente visões positivistas e antipositivistas. Esses autores utilizam o termo positivista para adjetivar epistemologias que procuram explicar o mundo social por meio da procura de regularidades e de relações de causa e efeito entre os elementos que o constitui. Mas o mundo social, na visão antipositivista, somente pode ser compreendido do ponto de vista das pessoas envolvidas no que está sendo estudado. A partir de qual desses pontos de vista é possível estudar uma empresa ou um ambiente organizacional qualquer?

O terceiro debate em Burrell e Morgan (1979) está centrado na natureza humana, ou seja, gira em torno da discussão sobre como o ser humano é compreendido em determinada teoria social. Num extremo está a ideia de que o homem e suas atividades são determinados pelo ambiente onde está situado o ser humano. No outro extremo, está a visão de homem vivendo livre de sistemas e estruturas sociais, a visão voluntarista do homem autônomo e possuidor de livre arbítrio. Finalmente o quarto debate, o metodológico, opõe de um lado a compreensão de que o mundo social somente pode ser



entendido a partir da obtenção, em primeira mão, do conhecimento a ser investigado. Trata-se da abordagem ideográfica, que enfatiza a importância de que a natureza e as características daquilo que está sendo investigado sejam reveladas pela via da subjetividade do ser humano. Do outro lado, nesse quarto debate, está a crença de que a pesquisa deve ser guiada por protocolos sistemáticos, matemáticos, técnicos, pois a ciência social pode ser compreendida a partir de métodos e técnicas de pesquisa empregadas nas ciências naturais, lançando mão de elementos científicos objetivos como experimentação, questionários, estatística, testes de verificação, generalização, etc. Nas ciências sociais são aplicados, dentro do ponto de vista nomotético, os mesmos rigores científicos aplicados nas ciências naturais, como no exemplo da pesquisa sobre o suicídio realizada por Durkheim (2002). Passados pelos quatro pressupostos, é possível entender o vislumbre dos professores Burrell e Morgan (1979), qual seja:

os paradigmas sociológicos como ferramentas de análise da teoria social.

Os anos que se seguiram reafirmariam a coerência de suas investigações. As posições extremas desses quatro conjuntos estão refletidas nas duas principais tradições intelectuais predominantes na ciência social, agrupadas em torno de correntes antagônicas que podem ser identificadas como positivismo sociológico e idealismo germânico. O positivismo pode ser entendido como a busca por transferir muitos aspectos oriundos das ciências naturais pela via dos estudos da sociedade e assim criar uma ciência social (DONALDSON, 2005). Representa a tentativa de se aplicar às atividades humanas modelos e métodos oriundos das ciências naturais. Já a tradição intelectual do idealismo germânico se apresenta em total oposição ao positivismo sociológico, ao defender o ponto de vista de que a realidade última do universo está na ideia, no pensamento, e não nos dados. Ou, como diz González Rey (2005): Ciência é Pensamento. Assim, o positivismo sociológico e o idealismo germânico estariam situados nos extremos da objetividade e da subjetividade do modelo idealizado por Burrell e Morgan (1979).

Mas a ideia dos professores não parou por aí. Estabelecidos esses quatro conjuntos de pressupostos na ordem do ontológico, do epistemológico, da natureza humana e da metodologia, Burrell e Morgan (1979) introduziram outro complexo debate as suas ideias, para chegarem ao que pode ser compreendido como

a dualidade ordem e conflito nos paradigmas sociológicos.

Foi principalmente a partir da década de 1950 que floresceram as tentativas de sociólogos em distinguir escolas e pressupostos metassociológicos. Dahrendorf (1959) e Lockwood (1956) iniciaram naquele período a tentativa de esclarecer, em abordagens sociológicas, a natureza da ordem e do equilíbrio social de um lado, e de outro a natureza de abordagens que se detinham sobre problemas associados à mudança, ao conflito e também à coerção imposta pelas estruturas sociais. Assim como na preponderância do positivismo sociológico sobre as correntes ligadas ao idealismo germânico, os teóricos da ordem predominavam sobre os teóricos do conflito. A explicação para esse fato pode ser atribuída ao privilégio dado pelos sociólogos às leituras de Durkheim, Weber e Pareto, teóricos interessados na ordem social, em detrimento à atenção dada ao pensamento de Karl Marx sobre o papel exercido pelo conflito como força que impulsiona a mudança na sociedade, como explicam Burrell e Morgan (1979).



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Em síntese, aos pólos objetividade e subjetividade foram acrescentados os debates ordem e conflito. Imaginando um quadrado dividido em quatro partes, tem-se do lado direito dois quadrados no plano da objetividade, e do lado esquerdo a subjetividade. Por sua vez, os dois quadrados de cima, pertencem ao debate sobre o conflito e a mudança. Os dois quadrados de baixo pertencem ao debate sobre a regulação ou manutenção da ordem estabelecida ou manutenção do *status quo* da realidade social, como mostra simplificadamente o quadro 1.

Quadro 1: Representação Básica dos Pressupostos Paradigmáticos de Burrell e Morgan

Subjetividade / Conflito e Mudança	Objetividade / Conflito e Mudança
Subjetividade / Ordem e Regulação	Objetividade / Ordem e Regulação

Fonte: Burrell e Morgan (1979)

Implicações residem no fato de que, no lado da objetividade, surgirão os paradigmas da estrutura radical e do funcionalismo, com o primeiro pregando a mudança social, inspirada principalmente em interpretações estruturalistas de ideias de Karl Marx, paradigma denominado de estruturalismo radical. O segundo, entendendo a sociedade pela manutenção de seu *status quo*, no qual as ideias de Durkheim (1972) sobre fato social e com ênfase na natureza da coesão social, por exemplo, fornecem base muito forte à ideia de manutenção da ordem, sintetizada pelo termo regulação. De forma análoga, as ideias de mudança e de regulação também são adaptadas no lado da subjetividade. Num campo, procura-se compreender a realidade sem a preocupação de alterá-la ou transformá-la; no outro, está a visão que busca a compreensão da realidade a partir do pensamento do indivíduo, mas ao mesmo tempo com a intenção de mudá-la socialmente. Estão então colocadas em oposição, dentro do paradigma subjetivo, o que foi denominado por Burrell e Morgan (1979) de interpretativismo e humanismo radical, respectivamente, que juntamente com a ideia de regulação e de mudança radical formarão os quatro paradigmas sociológicos, dentro dos quais, em tese, podem ser compreendidas teorias, epistemologias e métodos utilizados nas ciências sociais. A ideia central que caracteriza o interpretativismo é a de que o mundo social não pode ser compreendido da mesma maneira que o mundo natural e o físico (HATCH e YANOW, 2005).

Quadro 2: Os Quatro Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan (1979)

Humanismo Radical	Estruturalismo Radical
Interpretativismo	Regulação / Funcionalismo

Fonte: Burrell e Morgan (1979)

Em qual destes quatro paradigmas estaria situada determinada pesquisa no campo dos estudos organizacionais? Por qual desses quatro paradigmas um pesquisador optaria para basear um estudo em Administração? Escolhido o quadrante, por quais teorias optaria e como reconheceria determinado autor ou determinada teoria como situada num ou noutro quadrante? Que elementos, objetivos ou subjetivos, estariam envolvidos nessa escolha? Seria possível misturar ou combinar teorias situadas em quadrantes diferentes a fim de basear um estudo em Administração?



No campo dos estudos organizacionais, o que serve também para outras áreas do conhecimento, é possível partir de pontos de vistas diversos para se buscar respostas a essas questões, mas um ponto de partida interessante poderia ser o de pensar sobre o que vem a ser uma organização. O que é uma organização do ponto de vista ontológico da objetividade e da subjetividade? No Brasil, notadamente a partir da década de 1980, os estudos sobre as organizações cresceram substancialmente e ainda que o funcionalismo (objetividade) continuasse dominando fortemente o campo, os estudos baseados em abordagens interpretativistas (subjetividade) avançaram bastante. De alguma forma, essa tendência acompanhou o que também ocorreu principalmente em muitos países europeus. Esse afunilamento funcionalista foi se perpetuando no Brasil muito em decorrência da falta de conhecimento acerca de ideias alternativas, devido ao que Caldas e Fachim (2005, p. 47) entendem como tendência de não se ensinar o que não se conhece. Assim, “nos cursos de graduação e pós-graduação, repetia-se o fenômeno: a teoria organizacional ensinada era tipicamente um funcionalismo desatualizado, comumente pré-contingencialista”, como dizem. Caldas (2005) enfatiza a grande confusão gerada com

a entrada das perspectivas interpretativistas nos estudos organizacionais no Brasil.

O que aconteceu foi que a falta de referências básicas, provocada, entre outros motivos, pela carência de publicações em português, fazia com que pesquisadores misturassem inconscientemente ideias situadas em paradigmas sociológicos muito diferentes. “Uma boa parte queria juntar e citar em seu apoio [...] tudo o que havia lido na vida, de Karl Marx a Peter Drucker, passando eventualmente por Lair Ribeiro”, ironiza Caldas (2005, p. 53). Mas alguns textos tinham passagem quase obrigatória nos trabalhos daqueles que se dedicavam a selecionar material considerado essencial, prossegue, como é o caso de trabalhos clássicos de Herbert Simon e Max Weber e de brasileiros como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tratemberg e Fernando C. Prestes Motta.

Como observa Caldas (2005), o fato é que o trabalho de Burrell e Morgan (1979) teve papel crucial para o desenvolvimento dos estudos organizacionais no Brasil, contribuindo para formação intensiva de mestres e doutores nas décadas de 1980 e 1990. O trabalho, no entanto, teve seu uso diminuído, parcialmente em razão da publicação do livro *Imagens da Organização* (Morgan, 1996). Por outro lado, os estudos de Burrell e Morgan (1979), talvez em decorrência da amplitude que tomaram suas ideias, passaram a ser palco de controversas e de debates homéricos, centrados principalmente na questão sobre se os quatro paradigmas sociológicos podiam ou não ser combinados, misturados ou confundidos.

Weaver e Gioia (1994), por exemplo, questionaram a tese de que os paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) não se confundem e, se interpretada no limite, essa tese engendra hermetismo teórico no campo dos estudos organizacionais. Esse argumento invoca a teoria da ação, de Giddens (1984), dizendo que sua abordagem estruturalista, que busca uma espécie de interlocução ou aproximação entre “agente” e “estrutura”, ajuda a resolver a questão sobre se os paradigmas sociológicos podem ou não ser “misturados” para a realização de pesquisa em organizações. “A análise estruturalista possibilita uma ideia de impermeabilidade e de imperialidade dos paradigmas, enquanto ainda mantém perspectivas distintas dentro da pesquisa organizacional” (Weaver e Gioia, 1994, p. 565 – tradução livre).



Diferentemente de Weaver e Gioia (1994) pensam Jackson e Carter (1991), que haviam reagido veementemente a ataques à autonomia dos paradigmas, argumentando que tal autonomia é fundamental para a luta contra o autoritarismo científico, referindo-se à dominância do positivismo e do funcionalismo nas ciências sociais. Os autores salientam que os estudos feitos por Burrell e Morgan (1979) constituem crítica heterogênea à predominância funcionalista nas décadas de 1960 e 1970, ao mesmo tempo em que abrem novas possibilidades para compreensão das práticas e das estruturas organizacionais.

A incomparabilidade, inconfundibilidade ou independência dos paradigmas é inegociável, pois é uma característica fundamental do modelo, sem o que os paradigmas se transformam em uma desnecessária elaboração de algo que já está teoricamente organizado e complexo (Jackson e Carter, 1991, p. 110 – tradução livre).

Ainda que outros estudiosos tenham se debruçado sobre essas questões, sobre a independência ou não dos quatro paradigmas sociológicos elaborados por Burrell e Morgan (1979), e ainda que tenham sido mais amplos e complexos os argumentos que sustentaram e ainda sustentam os debates, os dois pontos de vista antagônicos apresentados dão uma dimensão das implicações que acarretaram nos estudos organizacionais. É possível imaginar estudantes e pesquisadores situados em um ou outro lado, no curso de suas pesquisas, escolhendo ou excluindo autores e teorias que vão sustentar suas pesquisas, por se encontrarem ou não dentro de suas respectivas visões ontológicas, epistemológicas, humanas e metodológicas. É possível imaginar também o intenso debate que essas ideias podem gerar, assim como a tentativa de enquadramento ou autoenquadramento de campos acadêmicos em Administração: de cada área, de cada trabalho, de cada professor, de cada aluno, etc.

Fato é que a concepção dos paradigmas sociológicos fez com que as visões sobre o que é uma organização se tornassem mais amplas, diversificadas e complexas. A fábrica que apita alto, como aquela da mente do menino, pode ser vista ou estudada a partir de uma das lentes ou quadrantes paradigmáticos. A fábrica pode ser vista, por exemplo, como uma estrutura edificada, composta por várias máquinas, mesas, cadeiras, latas de leite em pó, apitos, gerentes, trabalhadores, caminhões, organogramas, regras, dinheiro e tal. A fábrica é branca e vermelha, possui uma chaminé bem grande que solta muita fumaça, e todas as suas filiais também são assim. A fábrica é algo concretizado, objetivado, dado, que precisa ser mantido. Ontologicamente, é objetiva; epistemologicamente, é uma realidade dada; do ponto de vista da natureza humana, o homem está a ela subordinado, já que, entre outras razões, ela existia antes do homem que trabalha nela, conforme inspira Durkheim (1972); e do ponto de vista metodológico, é preciso estudá-la a partir de bases teóricas fundadas no positivismo e no funcionalismo; na matemática. A fábrica é uma estrutura dentro de uma estrutura maior, a qual o ser humano está encarcerado. A fábrica, como a imaginava o menino, que enquanto jogava “boleba” ouvia seu apito, dizendo que era hora de ir para casa almoçar, não era uma construção social. Aquela realidade estava dada, objetivada.

De um ponto de vista subjetivo, porém, sem as pessoas que a compõem, o que seria a fábrica? O que seria qualquer organização? Uma passagem quase poética de Castoriadis (1992, p. 122), de sua visão a respeito da cidade política e democrática de Atenas por volta do século V. a.C., pode ajudar a pensar como seria a fábrica sem seus trabalhadores, fornecedores e clientes, sem seus seres humanos.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

A sociedade ateniense não é nada mais do que os atenienses – sem os quais ela é somente restos de uma paisagem trabalhada, cacos de mármore e de vasos, inscrições indecifráveis, estátuas caídas e recuperadas num ponto qualquer do mediterrâneo.

Sem suas pessoas, as fábricas não passariam então de cacos, mundos fragmentados? Castoriadis (1992, p. 111) compreendia ainda a história não apenas como a história feita, mas também como a que está sendo feita e a ser feita. “A história é o domínio em que o ser humano cria formas ontológicas – sendo elas próprias, a história e a sociedade, as primeiras dessas formas”, criação que não significa criação boa ou ruim, estruturada em valores bons ou negativos, querendo dizer com isso que, por exemplo, tanto o holocausto de Hitler e as prisões de Stalin, quanto a política e a democracia ateniense são criações humanas. O ser humano estaria inscrito em seu pensamento como a pessoa que reflete, pensa, age deliberadamente, tem vontade e cria. Comparando essas ideias com os paradigmas sociológicos, é possível compreendê-las situadas do lado esquerdo dos quadrantes de Burrell e Morgan (1979), pois trata-se de ideias que se afastam da realidade dada, assim como se afastam da ideia ontológica do ser humano subordinado a estruturas e a heteronomias, seja de que ideologia forem: “direita, esquerda, volver”. Trata-se de um pensamento fundado em raízes subjetivistas, mas não interpretativistas apenas, pois ao compreender o ser humano como ser criador e transformador, criador inclusive de ontologias, é possível, compreender esse pensamento castoridiano próximo à ideia de humanismo radical de Burrell e Morgan (1979). O pensamento de Cornélius Castoriadis, a partir de um período de sua vida, poderia ser adjetivado de humanista radical, apenas para efeito didático de ilustração deste ensaio.

Esse pequeno resumo aparenta uma das pretensões de Burrell e Morgan (1979) com seus estudos, talvez a principal. Os estudos organizacionais estão baseados em referenciais teóricos diversos, que podem ser similares, diferentes ou antagônicos quando comparados uns com os outros. O que Burrell e Morgan (1979) propõem é que cada teoria utilizada para o estudo de organizações, por exemplo, oriunda de qualquer campo científico que seja, pode ser posicionada dentro de um dos quatro quadrantes que formam os paradigmas sociológicos: humanismo radical, interpretativismo, estruturalismo radical e funcionalismo. De forma análoga, as ideias de um pesquisador poderiam preponderantemente ser compreendidas dentro de um desses quadrantes, isso num determinado tempo, ou no feitiço de determinado trabalho, já que o ser humano como sujeito de reflexão, ação deliberativa, autonomia e criação pode transitar por esses quadrantes como pretender.

Cornélius Castoriadis serviu ele mesmo de exemplo de transformação, já que teve uma trajetória marcante e influenciadora de pensamentos situados no paradigma sociológico do estruturalismo radical, que tem como base interpretações estruturalistas e revolucionárias “atribuídas” a pensamentos de Karl Marx. Nos anos 1960, porém, opta por uma mudança aguda em direção à subjetividade, rompendo com um pensamento construído ao longo de décadas. O que poderia expressar melhor a ideia de sujeito que ele próprio defendia? Em contraponto ao estudo das organizações a partir de referenciais objetivistas, como na proposta positivista de Durkheim (1972), as ideias de Castoriadis (1992) e de autores com visão parecida constituem base poderosa para quem intenta estudar temas como, por exemplo, subjetividade, democracia, política, participação, alienação, gênero, poder, autogestão, e tantos outros temas no campo dos estudos organizacionais.



Pois bem! A partir do momento em que estudiosos e uma gama de outros profissionais envolvidos nas organizações passaram a ter um referencial poderoso para tipificar determinada teoria ou determinado estudo, ou forma de conduzir uma organização ou mesmo de trabalhar nela, os estudos organizacionais nunca mais foram os mesmos e passaram por agitações profundas e frutíferas, por que não. Fato é que as idéias de Burrell e Morgan (1979) atravessaram essas tormentas com solidez, mas parece que antes mesmo de terem sido bem compreendidas, surgiram discussões ainda mais complexas, que vêm balançando e modificando significativamente a forma de desenvolvimento de estudos no campo das organizações. Um desses desdobramentos, que seguiu ao debate sobre a “inconfundibilidade” dos paradigmas, diz respeito à produção de pesquisas que abrangem ou combinam paradigmas. Dado os limites propostos neste ensaio, a discussão será apenas introduzida, na forma de

considerações finais: multiparadigmatismo e interparadigmatismo a caminho nos estudos organizacionais.

Lewis e Gimes (2005, p. 72) defendem que “as abordagens multiparadigmáticas” auxiliam a exploração de fenômenos particularmente complexos e paradoxais, ao ajudarem estudiosos a utilizarem perspectivas teóricas distintas. Os autores chegam a fornecer um guia sobre modelos multiparadigmáticos, associando-os a diferentes abordagens em uma estratégia caracterizada pela metatriangulação para o desenvolvimento de teorias. Os autores, como outros o fazem, também alertam para o fato de que embora os estudos organizacionais ainda sejam dominados pela ortodoxia funcionalista, muitos estudiosos têm desenvolvido cada vez mais seus trabalhos baseados em perspectivas paradigmáticas críticas e interpretativas. Por paradigmas críticos pode-se entender, resumidamente, os paradigmas sociológicos do estruturalismo radical e do humanismo radical, que se contrapõem principalmente ao paradigma funcionalista.

Essencialmente, o interpretacionismo confronta o objetivismo enraizado na doutrina funcionalista, “enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social (VERGARA e CALDAS, 2005, p. 66). Um dos pontos centrais da teoria crítica nos estudos organizacionais é a defesa de mudança de regras morais, como, por exemplo, de regras que concedem legitimidade e sustentação à sacralização de prerrogativas gerenciais e de necessidade de imperiosidade do funcionalismo, que implica existência inevitável de relações patriarcais de poder, como protesta Willmot (2005).

Cabe abrir um parêntese para abordar um pouco mais o termo “crítico”, face a sua importância para o entendimento de ideias contidas na obra de Burrell e Morgan (1979). A denominada Teoria Crítica origina-se principalmente em interpretações do pensamento de Karl Marx, desenvolvidas por pensadores antipositivistas que fundaram a Escola de Frankfurt. Entre os fundadores mais destacados estão Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse. Houve ainda teóricos que passaram temporariamente pela Escola, aportando contribuições significativas, como o judeu Walter Benjamin, que tinha como companheiro de estudo Theodor W. Adorno. Walter Benjamin teve uma fama póstuma, lembra Arendt (2008, p. 165):

Eram poucos os que ainda conheciam seu nome quando optou pela morte naqueles primeiros dias do outono de 1940 que, para muitos de sua origem e geração, marcaram o momento mais negro da guerra – a queda da França, a



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

ameaça à Inglaterra, o ainda intacto pacto Hitler-Stalin, cuja consequência mais temida naquele momento era a íntima cooperação entre as duas forças policiais secretas mais poderosas da Europa.

De fato, “a escolha pela perspectiva crítica não pode ser considerada fácil, pois envolve abandonar o mundo seguro do funcionalismo” (PAES DE PAULA, 2008, p. XI), entre outras seguridades.

A partir dos anos 1960, o filósofo alemão Jürgen Habermas, da segunda geração de teóricos da Escola de Frankfurt, tem influenciado fortemente a Teoria Crítica, com suas ideias contrapondo racionalidade e ação comunicativa. O agir comunicativo baseia-se na compreensão ontológica do ser humano como quem age comunicativamente em busca do entendimento, característica comunicacional que vai se perdendo com o advento da racionalidade. Uma breve opinião de Bronner (1997, p. 343) sobre seu engajamento que atravessa décadas dá uma ideia de sua contribuição para o pensamento crítico:

Habermas tornou-se um intelectual público exemplar. Ele assumiu uma posição quanto aos grandes temas de sua época: exigindo maior democracia no sistema educacional, lidando com protestos estudantis, confrontando os conservadores que acreditavam ser o momento de lavar as mãos do passado nazista no *Historikerstreit*, desafiando os pós-modernos defensores do relativismo e do experimentalismo, lutando pelas contribuições ao Estado do bem-estar social, opondo-se à distribuição de mísseis nucleares na Alemanha, alertando para o otimismo fácil gerado pela perspectiva de reunificação de seu país, expressando sua incerteza e seu apoio à guerra no Golfo Pérsico e rejeitando o novo nacionalismo em nome de um patriotismo constitucional.

Também, antes de abordar um pouco mais as ideias de combinação paradigmática desenvolvidas por Lewis e Grimes (2005, p. 72), abra-se um pequeno parêntese para refletir sobre a oportunidade e a necessidade de atração de perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas de outros campos do conhecimento que se apresentam valiosas à ciência da administração. Uma inovadora ideia que vem da psicologia social e que começa a ganhar corpo nos estudos organizacionais, por exemplo, é a Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey (2003; 2005) ao longo dos aproximadamente trinta anos. Na dimensão ontológica, suas ideias se assentam na concepção de natureza humana que compreende o ser humano como ser dotado de pensamento, emoção e linguagem; o ser humano como ser criativo, autônomo, ativo, reflexivo, que constrói sua subjetividade na tensão recíproca, constante e permanente entre a subjetividade individual e a subjetividade social. O homem não é produto do social, mas resultado do enfrentamento com o social, com a subjetividade social. Aproveitando essas ideias, escute-se outro menino. No final do ano de 2011, no município da Serra, no Espírito Santo, com 14 anos, dentro de uma delegacia, esse menino desenvolvia o seguinte diálogo com um repórter:

- Desde quando você fuma crack?
- Desde sete anos.
- E seus pais...
- Eles pedem pra eu parar...
- E essa arma...



- Não é arma, é minha menina preta...
- Desde quando você tem ela?
- Desde os dez anos.
- Essa garrucha...
- Já disse que não é garrucha. É minha menina preta. Agora que pintei é minha menina branca...

Trata-se de um diálogo que em princípio, e a partir de uma visão meramente exteriorizada, não revelaria dados ou informações relevantes, pois trata-se de um dado isolado componente de determinado “fato social”, no caso, a delinquência juvenil. Mas a partir da utilização de conceitos como subjetividade individual e subjetividade social, é possível enxergar um menino forjando sua subjetividade no confronto com a subjetividade social que o pressiona e procura anulá-lo até. Entre outras interpretações, seria possível entender aquele menino como alguém que naqueles breves instantes enfrenta subjetividade social com gestos, palavras, emoções que podem ser consubstanciadas em significados como: “eu estou aqui”; “eu sou sujeito”; “o Estado, essa delegacia, a imprensa, a sociedade e suas instituições me abandonaram”; “mas assim mesmo eu os enfrento, a meu modo e com os poucos recursos que me restam, antes que eu vire apenas um número no ano de 2013”; “quando eu brinco com minha menina preta, não sei se me divirto mais com ela do que ela comigo”.

Como pensar que ali existe um “ator social”, como quer impor a hegemonia social objetivista e exteriorizada? Como não ver ali um sujeito? A questão da violência tem sido cada vez mais central nos debates no âmbito da Administração Pública no Brasil. Paradoxalmente, porém, o desconhecimento acerca da questão, assim como o de muitas outras, parece acompanhar o ritmo dessa preocupação. Fato é que são raras as pesquisas realizadas a partir de perspectivas subjetivistas, afinal, quem se interessaria pela singularidade de um menor envolvido pela violência já aos sete anos? Por que se investir em pesquisas que busquem compreender aspectos culturais, históricos e sociais que fomentam o problema? Por que pesquisar a história de vida daquele menino, já que se trata de apenas uma entre as muitas que em conjunto formam um “fato social”? Que sentidos subjetivos podem ser compreendidos a partir daquelas breves palavras do menino? Que generalizações podem ser desenvolvidas? Que sentidos subjetivos novos podem ser produzidos a partir dessas novas descobertas? Que expressões hegemônicas da subjetividade social conformam a visão dos administradores públicos no Brasil acerca desse e de outros problemas sociais? ...

Retomando Lewis e Grimes (2005), para realização de sua pesquisa, focada no assunto tecnologia de produção avançada, num primeiro momento reúnem abordagens e modelos multiparadigmáticos analisados em termos de técnicas empregadas, fenômenos de interesse estudados e resultados obtidos pelas pesquisas. Ainda dentro dessa classificação, que reúne trabalhos científicos realizados no período de 1983 até 1998, eles dividem esses trabalhos em termos de revisão de teorias, pesquisa multiparadigmática e construção de teorias multiparadigmáticas. Numa outra parte do trabalho, de cunho prático, analisam processos de construção de teorias de indução tradicional e de metatriangulação, desdobrando a perspectiva multiparadigmática em quatro dimensões: paradigma único –



atividade tradicional indutiva; variação da atividade indutiva; propósito da metatriangulação; e implicações para o estudo da tecnologia de produção avançada.

Em resumo, essa construção teórica é feita com o objetivo de organizar e planejar as etapas da pesquisa em termos de fundamento (perguntas de pesquisa, revisão de bibliografia, escolha da fonte de dados); análise de dados (desenho do processo de análise, codificação dos dados, tabulação e/ou apresentação da análise); e construção de teorias (desenvolvimento e teste de propostas, construção de teorias e avaliação da teoria resultante). Ao final da pesquisa, Lewis e Grimes (2005) localizam os principais elementos de seu estudo dentro de um quadro adaptado dos quatro paradigmas sociológicos propostos por Burrell e Morgan (1979): humanista radical, estruturalista radical, funcionalista e interpretativista. Os resultados da pesquisa apresentam-se interessantes na medida em que vão sendo interpretados dentro de cada uma dessas diferentes perspectivas, o que parece acarretar variedade de observações que não seria possível de ser obtida a partir do uso exclusivo de uma ou de outra perspectiva paradigmática. Os autores defendem que a exploração de visões divergentes possibilita complexidade e, por isso mesmo, maior produtividade ao debate acadêmico, e salientam que a natureza provocativa da pesquisa multiparadigmática contorna a questão sobre se é possível ou não ao pesquisador escapar de seu paradigma corrente ou original.

Como se trata de uma ideia relativamente recente, é possível dizer que tanto suas bases quanto os resultados de pesquisas nelas sustentadas ainda não sofreram contestações mais densas, mas na medida em que forem sendo aplicadas poderão ser discutidas mais à fundo. Um alvo dessas discussões poderá tangenciar, supostamente, a questão sobre a fragilidade que essas ideias acarretam para o combate à dominância do paradigma funcionalista nos estudos organizacionais. Em outras palavras, poderia ser a utilização concomitante de paradigmas subjetivistas e objetivistas nos estudos organizacionais interpretada como relativo recuo na “crítica” ao positivismo e ao funcionalismo?

Mas o fato é que as agitações por que passaram os estudos organizacionais desde a publicação da obra de Burrell e Morgan (1979) parecem estar longe de se acalmarem. Para os que estão inseridos na área acadêmica em Administração, é possível perceber um campo repleto de debates calorosos e intensos, que em sua maior parte encontram-se fundados em defesas e ataques a teorias e a paradigmas. Um campo que conserva dualidades inúmeras; defesas e ataques a dicotomias; teorias situadas no campo ontológico da subjetividade e da objetividade; epistemologias e metodologias qualitativas e quantitativas. Aumentam essas inquietações visões de mundo e de realidade localizadas nas dimensões distintas da subjetividade e da objetividade, tendo, de um lado, os estudos críticos com a visão de mudança; e, de outro, ideias fundadas na manutenção da ordem.

É possível perceber que a porta para a entrada de pensamentos plurais e divergentes no campo da Ciência da Administração encontra-se aberta, abertura que pode ser objeto de outros textos, e derivar, entre outras, questões como: que novos desdobramentos decorrentes das ideias de Burrell e Morgan (1979) estão reservados para o campo dos estudos organizacionais? Que abordagens paradigmáticas ou que teorias terão maior influência para o desenvolvimento de estudos sobre as organizações? Como se apresenta a perspectiva do avanço das pesquisas baseadas em abordagens subjetivistas no campo dos estudos organizacionais? Trata-se de uma porta que se abre cada vez mais aos pesquisadores interessados na urgência cada vez maior de realização de pesquisas sobre



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

temas organizacionais a partir de olhares interpretativos e críticos. E cabe a observação inspirada no menino, de que as “bolebas”..., ou melhor dizendo, as “abóbras” de quem se aventura nessa agitada viagem no campo dos estudos organizacionais estão bem longe de se ajeitarem na “carroça”!

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 32.ed. PETRÓPOLIS: Vozes, 2010.
- BRONNER, S. E. **Da teoria crítica e seus críticos**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- BURREL, M.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CALDAS, M. **Paradigmas em Estudos Organizacionais: uma Introdução à Série**. Revista de Administração de Empresas (RAE). São Paulo, v. 45, n. 1, p. 53-57, Jan/Mar, 2005.
- CALDAS, P. M.; FACHIN, R. **Paradigma Funcionalista: Desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990**. Revista de Administração de Empresas (RAE). São Paulo, v. 45, n. 2, p. 45-51, Abr/Jun, 2005.
- CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto / 3: o Mundo Fragmentado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- DAHRENDORF, R. **Class and Class Conflict in Industrial Society**. Stanford: Stanford University Press, 1959.
- DONALDSON, L. **Organization Theory as a Positive Science**. In: TSOUKAS, Haridimos; KNUDSEN, Christian. *The Oxford Handbook of Organization Theory*. Oxford: University Press, 2005.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- _____. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ESPÍRITO SANTO. A GAZETA. Jornal diário. Espírito Santo: nº 29.147, ano LXXXV, 03 Jan. 2013. 48 p.
- _____. Jornal diário. Espírito Santo: nº 29.153, ano LXXXV, 09 Jan. 2013. 48 p.
- GIDDENS, A. **The Constitution of Society**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- _____. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

HATCH, M. J.; YANOW, D. **Organization Theory as a Interpretive Science**. In: TSOUKAS, Haridimos; KNUDSEN, Christian. The Oxford Handbook of Organization Theory. Oxford: University Press, 2005.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: edições 70, 2001.

JACKSON, N.; CARTER, P. **In Defense of Paradigm Incommensurability**. Organizational Studies. London, vol. 12, n. 1, p. 109-127, Jan, 1991.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. **Metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas**. Revista de Administração de Empresas (RAE). São Paulo, v. 45, n. 1, p. 72-91, Jan/Mar, 2005.

LOCKWOOD, D. **The blackcoated worker: A study in class consciousness**. London: Allen & Unwin, 1956.

MENEGHETTI, F. K. **O que é um ensaio teórico?** Revista de Administração Contemporânea – RAC. Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 343-348, Mar./Abr. 2011

MONTAIGNE, M. **Os ensaios**. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo : Atlas, 1996.

MOUSTAKAS, C. **Phenomenological Research Methods**. California: Sage Publications Ltda, 1994.

PAES DE PAULA, A. P. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de Clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RODRIGUES, J. A.; FERNANDES, F. **Coleção Grandes Cientistas Sociais: DURKHEIM**. São Paulo: Atica, 2010.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. **Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990**. São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66-72, Out/Dez, 2005.

WEAVER, G. R.; GIOIA, D. A. **Paradigms Lost: Incommensurability vs Structurationist Inquiry**. Organizational Studies. London, v. 15, no. 4, p. 565-589, Jul, 1994.

WILLMOT, H.. **Organization Theory as a Critical Science?** In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. The Oxford Handbook of Organization Theory. Oxford: University Press, 2005.